



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103467 - PR (2018/0253669-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : JEFFERSON LUIZ CUNHA (PRESO)
ADVOGADOS : CESAR CASTELLUCCI LIMA - SC022369
JHENIFFER LUANA ZAMBELLI - PR085613
FRANCIELEN ESTEFANI - PR085485
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
CORRÉU : KATHIA MARY TOEBE
CORRÉU : DOUGLAS SAMIR FINKLER
CORRÉU : MARCIA CRISTINA WALKER
CORRÉU : GILLIAR ALEX DUTRA
CORRÉU : MARCIO FERARE
CORRÉU : LENITA MARCIA TIMM
CORRÉU : ROBSON DA SILVA
CORRÉU : PATRICIA VANESSA FERNANDES MELLO
CORRÉU : JOSE FLORIANO DA SILVA
CORRÉU : LORI ROHR

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **JEFFERSON LUIZ CUNHA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado à pena de 18 anos de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 2.333 dias-multa, como incurso nos arts. 35, *caput*, e 33, *caput*, por duas vezes, todos da Lei n. 11.343/2006, sendo-lhe negado o recurso em liberdade.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Neste *mandamus*, alega o impetrante ausência de motivação para negar o direito de recorrer em liberdade, pois, além de não mais subsistirem os fundamentos do decreto preventivo, proferido em 2014, o fato de ter respondido ao feito segregado e ilações acerca da garantia da instrução criminal e da aplicação da lei penal não constituem elementos idôneos e suficientes para negar o benefício.

Salienta ser primário, ter bons antecedentes e residência fixa, sendo adequado à hipótese a aplicação de medidas alternativas à prisão.

Requer, assim, a concessão do direito de responder ao feito em liberdade ou a substituição da preventiva por medidas do art. 319 CPP.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 756-762).

É o relatório.

Decido.

O recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cabe destacar que, em consulta à página eletrônica do TJPR, observa-se que houve julgamento da apelação, tendo a 4ª Câmara Criminal desprovido o recurso, mantendo integralmente a "sentença penal condenatória em todos os seus termos", bem como rejeitou os embargos de declaração. A defesa opôs recurso especial, o qual não foi conhecido, tendo

agravado da decisão.

Desse modo, observa-se que a presente impetração não visa mais o direito de aguardar o julgamento da apelação em liberdade, mas sim de responder livre aos recursos extraordinários opostos.

Nesse contexto, passo à análise das decisões que negaram liberdade provisória ao recorrente, ratificadas pela Corte de origem, a fim de verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade.

O Juízo de primeiro grau decretou a custódia cautelar com base nos seguintes fundamentos:

"Os crimes, em tese, praticados pelos representados, quais sejam, tráfico de drogas, associação para o tráfico, além do crime de comércio ilegal de arma de fogo, são apenados com reclusão em patamar máximo bem superior a 04 (quatro) anos, sendo que, no caso do tráfico, é este inclusive equiparado a criem hediondo.

Preenchido o requisito objetivo (quantum de pena cominada em abstrato), passo à análise da existência de prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, que também são exigidos para viabilizar o decreto da prisão preventiva.

O relatório apresentado pela polícia civil, a qual vem realizando aprofundada investigação sobre os fatos, bem aponta a materialidade delitiva, inclusive com prisão de alguns dos representados em flagrante delito pelo crime de tráfico de drogas, podendo ser citados como exemplo Kathia Mary Toebe, Edilson Munhoz, Gedair Batista Dias, Lenita Marcia Tim, Samuel Fabrício do Amaral, Sérgio de Castro, Delson Hiroyuki, Juarez Ribeiro, Antônio Ribeiro de Souza. Da mesma forma, as apreensões de quilos de drogas ao longo da operação corroboram a existência da traficância e da manifesta associação para o tráfico dos investigados ora representados.

As investigações tiveram início após a prisão em flagrante da investigada Kathia Mary Toebe, a qual foi presa com aproximadamente quarenta e quatro quilos de 'maconha' pertencentes, em tese, a um indivíduo conhecido com o DOUGLAS, o que deu ensejo à realização da interceptação telefônica.

As mensagens e conversas interceptadas, constantes ao longo do relatório de investigação n. 25/2014, revelam a existência do comércio de drogas e da associação bem articulada para a realização de atividades ilícitas, tendo a autoridade policial logrado êxito em compreender o modus operandi dos investigados.

No que tange aos indícios de autoria, estes também, restaram evidenciados a partir dos elementos colhidos na investigação. o relatório apresentado pela Autoridade Policial discrimina pormenorizadamente a autuação de cada um dos envolvidos (e-STJ, fls. 133-134).

[...]

"O investigado Jefferson Luiz Cunha, vulgo 'Maninho', em tese, atua como comprador dos entorpecentes do investigado Douglas Samir Finkler, além de fornecer meios para realizar o transporte do entorpecente.

Como já mencionado acima, às fl. 36 e seguintes, há indício de forte relação comercial de Douglas com Jefferson Luiz Cunha, vulgo 'maninho', que comercializa e distribui drogas em Itajaí, Santa Catarina (fl. 41/60).

O investigado, no entanto, se utiliza muito do canal Skype, via internet, para se contara com Douglas Samir, dificultando o trabalho da polícia, que, no entanto, conseguiu elementos para ligar um ao outro, conforme fl. 40/47.

À fl. 47, dentre várias outras passagens, há troca de mensagens entre 'Coquinho' e 'Maninho' sobre o transporte de drogas do Paraná para Santa Catarina.

Conforme fl. 39, no dia 13/04/2014 (domingo) o Investigado COQUINHO volta a fazer contato por meio de mensagens de texto com o terminal (45) 9973-5584, no caso MANINHO, mencionando que 'pia vai amanhã' em seguida interlocutor responde: 'gostarão (gostaram) só faltou a cor e o cheiro (ao que tudo indica se referindo a algum tipo de droga possivelmente maconha)'.

Como mencionado acima, pode-se perceber a intensificação da relação entre

COQUINHO e MANINHO às fls. 54, quando MANINHO diz para COQUINHO para avisar a Lenita que queria transar, mesmo COQUINHO mantendo relação extraconjugal com Lenita. COQUINHO 'diz que sua esposa (marcia) viu a mensagem' e MANINHO então diz para COQUINHO dizer que é 'código do verdi (maconha)', aumento os indícios da relação comercial entre os dois.

À fl. 60, consta que COQUINHO também trocou inúmeras mensagens de textos e ligações com usuário do terminal (45) 9973-9359, cujos indícios demonstravam ser ele uma segunda pessoa contratada e paga por COQUINHO para o transporte de drogas, identificado como sendo: ROBSON DA SILVA. Ressalte-se que segundo fl. 66, no dia 19/04/2014 todos os indícios apontavam que o Investigado COQUINHO com a participação de sua esposa MARCIA e seus comparsas ROBSON, LENITA (MAGRELA) e JEFFERSON (MANINHO) transportariam, cada qual com sua função, para Curitiba e Santa Catarina, grande quantidade de drogas, razão pelo qual a Equipe Policial fez a vigilância, utilizando-se de vários métodos policiais, dentre eles o acompanhamento do deslocamento dos Investigados.

Às fl. 76/77, consta que diante dos fatos foi acionado o Posto da Polícia Rodoviária Federal de Laranjeiras do Sul, ocasião em que foram informadas todas as placas de veículos que poderiam estar sendo utilizados pelos Investigados COQUINHO, LENITA e ROBSON, bem como suas características e identificação, sendo que por volta das 18h00, a Equipe Policial foi informada de que o Investigado COQUINHO ahavia sido abordado naquele posto policial, momento em que conduzia o veículo C4 pallas EAL4897. Consta que no momento da abordagem, segundo informações repassadas pelos Policiais que atenderam a ocorrência, além de COQUINHO, estava no veículo a esposa MARCIA, a filha do casal e o Investigado JEFFERSON LUIZ CUNHA, identificado nas investigações como MANINHO, morador da cidade de Itajaí-SC.

De acordo com as informações recebidas dos Policiais que efetuaram a abordagem, nada de ilícito foi encontrado, tendo o Investigado COQUINHO sido liberado e seguido viagem.

Às fl. 77, há a informação de que LENITA MARCIA TIMM havia sido abordada no município de Campo Largo, na altura do km - 118 da BR-277 sentido Sul, no momento em que conduzia o veículo GM/Celta de placas AME 6751/PR de Toledo. De acordo com as informações, o respectivo veículo foi encaminhado juntamente com a condutora ao Posto Policial Rodoviário para uma revista minuciosa, onde foram encontrados no forro do banco traseiro do veículo 38 tabletes de substância análoga ao entorpecente conhecido vulgarmente por 'maconha', pesando 37 kg, conforme Autos de Prisão em Flagrante.

Às fl. 78, foi informado de que teria sido localizado um veículo, marca Fiat, modelo Strada, cor prata, parado no pátio de um posto de combustível, localizado no KM 625, da BR 376, próximo à divisa do Estado de Santa Catarina e que feita a identificação do condutor, tratava-se do Investigado ROBSON DA SILVA. Após minuciosas buscas no veículo, foi localizada escondida nas suas laterais internas, a quantidade de 48 (quarenta e oito tabletes) de substância análoga a 'maconha', conforme demonstra Auto de Prisão em Flagrante.

Esta droga levada por Robson para Santa Catarina seria entregue, em tese, para MANINHO, morador da cidade de Itajaí-SC. Há indícios, portanto, da associação para o tráfico de drogas contra o representado" (e-STJ, fls. 141-143).

[...]

"Os crimes, em tese, praticados pelos investigados são extremamente graves, sendo certo que sua prática vem crescendo ao longo dos últimos anos, especialmente nesta região de fronteira.

O tráfico, por si só, como já é amplamente conhecido, fomenta a prática de outros delitos das mais variadas espécies (crimes contra o patrimônio, homicídios, entre outros), razão pela qual demanda resposta efetiva por parte do Poder Judiciário, sendo imprescindível a prisão dos representados para se garantir a ordem pública, para evitar a reiteração criminosa e para garantir a

aplicação da lei penal. Mister ressaltar que no caso ora em análise, há a presença de circunstâncias que tornam ainda mais grave as condutas e, com isso, reforçam a necessidade do decreto da preventiva: os crimes praticados pelos representados permitem a distribuição de drogas em grandes quantidades e, inclusive, para outros Estados do país, havendo notícia ainda que alguns investigados, mesmo estando custodiados, realizavam 'negociações' inerentes ao tráfico de drogas de dentro dos próprios presídios.

Assim, manter os representados em liberdade, além de causar descrédito na Justiça, fomentaria a ideia de impunidade na população, por certo permitiria a continuidade da atividade ilícita, com grave prejuízo à sociedade. Ademais, como dito, a atuação empreendida pelos representados já permeia locais que deveriam ser absolutamente controlados pelo poder estatal, o que demanda imediata resposta para obstar o nefasto avanço da mercancia de entorpecente" (e-STJ, fls. 197).

[...]

"Ora, diante desse quadro, e para evitar a prática de novas infrações penais pelos representados, com graves e maiores abalos à garantia da ordem pública, a prisão cautelar é a medida que se impõe.

Mister ressaltar que a medida cautelar se mostra adequada e justa, igualmente, para conveniência da instrução criminal" (e-STJ, fl. 200). ...

"Não bastasse, a prisão preventiva é de rigor para a conveniência da instrução criminal, na medida em que a manutenção dos representados em liberdade impedirá a colheita de todos os elementos necessários para a persecução penal, ainda mais quando a organização aparenta estar muito bem articulada entre seus membros, é certo que estes, em liberdade, promoverão a ocultação dos elementos de prova necessários para sua responsabilização penal.

Por fim, a segregação cautelar dos representados é de rigor para assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que esta Comarca é próxima ao Paraguai e os representados apresentam fácil articulação para realizar viagens internacionais, conhecendo, inclusive, formas de burlar a vigilância da polícia. Deste modo, a permanência destes em liberdade permitirá que empreendam fuga do distrito da culpa e, assim, inviabilizem a persecução e a responsabilização penal dos envolvidos" (e-STJ, fls. 133-202).

Consta, ainda, da decisão impugnada:

"A motivação adotada pelo magistrado singular para efeitos de manter a prisão preventiva e negar o direito de recorrer em liberdade, foi assim esposada (p. 52, mov. 704 –autos de origem):

“PRISÃO: (art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal c/c art. 59 da Lei 11.343/06): é o caso de manutenção da custódia cautelar, em garantia da ordem pública, para DOUGLAS, MÁRCIA e JEFFERSON, subsistindo os motivos que determinaram a custódia provisória, conforme as razões da decisão/evento 26, autos n. 9959-61.2014.8.16.0170, especialmente pela constatação de que estavam associados para cometer reiteradamente tráfico de drogas, com grande distribuição de entorpecente, inclusive para outros Estados da Federação e significativa movimentação de dinheiro e ativos ilícitos, buscando mascarar a atividade ilícita. A gravidade em concreto das ações criminosas –a qual redundou na condenação à severa pena privativa de liberdade –determina a manutenção da prisão provisória dos acusados. Anoto ainda que, respondendo ao processo presos, não é razoável a soltura dos réus justamente quando condenados. Regularize-se pelo e-mandado, atentando a serventia para os Ofícios Circulares nº 8/2013 e 94/2014, ambos da Corregedoria-Geral da Justiça.

[...]

Analisando a fundamentação supra, não vislumbro a possibilidade de concessão da ordem, haja vista que o magistrado apontou elementos concretos que permitem antever a necessidade da manutenção da custódia cautelar do paciente.

Ademais, a questão referente idoneidade dos motivos que ensejaram a prisão preventiva imposta nos autos de origem, já restou analisada por esta Câmara

Criminal em algumas oportunidades, dentre elas:

HABEAS CORPUS CRIME. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. REDE DE TRÁFICO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES. MULTIPLICIDADE DE AGENTES E PRÁTICA DE DIVERSOS FATOS CRIMINOSOS. PRAZO DECORRIDO PLENAMENTE JUSTIFICADO DIANTE DA ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES DO CASO EM CONCRETO. INSTRUÇÃO CRIMINAL QUE PARA ESTAR SATISFATORIAMENTE APERFEIÇOADA, COM O NECESSÁRIO APROFUNDAMENTO NA MATÉRIA FÁTICA, DEPENDE DA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS DE CUNHO PROBATÓRIO. MARCHA PROCESSUAL QUE VEM SENDO ELENCADE DE ACORDO COM O RITO APLICÁVEL AO CASO, EM OBSERVÂNCIA AO DIREITO FUNDAMENTAL DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. No que tange ao excesso de prazo, entendo que inexiste limite legal para que seja ultimada a instrução criminal e a verificação da responsabilidade criminal do agente. Defender genericamente a premissa de que as causas penais devem se findar, independentemente de sua complexidade e natureza, em um prazo de "x" dias denota uma restrição sem tamanho ao conceito de razoabilidade.

2. Essa fixação de prazo, que seria incumbência do Poder Legislativo - e não da doutrina, como alguns juristas pretendem fazer, projetaria prejuízos para o alcance de uma instrução criminal eficiente, podendo limitar, inclusive, o direito amplo de defesa conferido ao réu, configurando uma discricionariedade indevida a quem a fizer.

3. A ocorrência de excesso de prazo, requer, para ser constatada, a análise concreta e particular das circunstâncias de fato e do procedimento criminal. Estado do Paraná

4. A justificativa para o tempo percorrido pela instrução criminal é nítida, porquanto apura-se quatro crimes atribuídos a diversos réus, que possuem advogados distintos e se encontram segregados em comarcas diversas, sendo necessária a expedição de cartas precatórias e a realização das diligências pleiteadas pelo Ministério Público para alcançar satisfatoriamente a reconstrução histórica completa dos fatos.

5. Conforme as informações trazidas pela autoridade apontada como coatora, a marcha processual está sendo elencada adequadamente dentro do que preconiza o rito aplicável ao caso. (TJPR -4ª C.Criminal - HCC -1526353-7 -Toledo -Rel.:Desembargador Celso Jair Mainardi - Unânime -J. 12.05.2016)

HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. TRÁFICO DE DROGAS. 1. PRISÃO PREVENTIVA. EXISTÊNCIA DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA REALIZADA PELA POLÍCIA QUE INDICA AMPLA ORGANIZAÇÃO CRIMINAL VOLTADA A PRÁTICA DE TRÁFICO DE DROGAS. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. PACIENTES QUE, SOLTOS, PODERÃO IMPEDIR A COLHEITA DE ELEMENTOS DE PROVA E FUGIR DO DISTRITO DA CULPA. 2. CONDIÇÕES PESSOAIS E PROBABILIDADE DE APLICAÇÃO DE REGIME DIVERSO DO FECHADO EM EVENTUAL CONDENAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. (TJPR -4ª C.Criminal -HCC -1347080-5 - Toledo -Rel.: Antônio Carlos Ribeiro Martins -Unânime --J. 07.05.2015)

Tenha-se presente, outrossim, que é pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que, mantido o quadro fático processual que justificou a prisão preventiva, afigura-se um contrassenso jurídico conceder o direito de apelar em liberdade ao réu, que foi mantido preso provisoriamente, durante toda a

instrução processual e teve em seu desfavor proferida sentença penal condenatória.

[...]

Demais disso, registro que é pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que, mantido o quadro fático processual que justificou a prisão preventiva, afigura-se um contrassenso jurídico conceder o direito de apelar em liberdade ao réu, que foi mantido preso provisoriamente, durante toda a instrução processual e teve em seu desfavor proferida sentença penal condenatória.

[...]

Logo, a manutenção da prisão preventiva do paciente, com o indeferimento do direito em recorrer em liberdade, encontra-se justificada em prova concreta, confirmada pelo decreto condenatório.

Assim, por não vislumbrar que o paciente está sofrendo qualquer coação ilegal, voto no sentido de conhecer e de denegar a ordem de habeas corpus impetrada" (e-STJ, fls. 668-677).

A teor do disposto no art. 312 do CPP, a prisão do réu antes do trânsito em julgado da condenação, por ser medida excepcional, é cabível apenas quando, presentes indícios suficientes de autoria e prova da materialidade, for necessária ao resguardo da ordem pública, da instrução criminal ou da aplicação da lei penal.

Na hipótese, como se observa, as instâncias antecedentes negaram ao paciente o recurso em liberdade, na forma do § 1º do art. 387 do CPP, sob o fundamento de que, além dele ter respondido ao feito segregado, a medida se justifica para resguardar a aplicação da lei penal, diante da condenação, e por subsistirem os motivos do decreto preventivo, amparado na garantia da ordem pública, em razão do alto grau de periculosidade do recorrente, o qual é apontado como integrante de núcleo criminoso complexo, especializado em tráfico ilícito de drogas, em grandes quantidades e em vários Estados do país, e no comércio ilegal de armas de fogo, sendo o responsável por comercialização, transporte e distribuição dos entorpecentes. Ademais, destacou-se, ainda, a necessidade de se resguardar a aplicação da lei penal, por ser a Comarca processante próxima ao Paraguai, situação que facilita a fuga do país e dificultaria a persecução penal.

O decreto preventivo inclusive já foi analisado por esta Corte Superior, nos autos do RHC 103.044/SP, no qual a Quinta Turma desproveu o agravo regimental, em acórdão ementado nos seguintes termos:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. ASSOCIAÇÃO E TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. A prisão preventiva está adequadamente fundamentada na garantia da ordem pública, uma vez que o recorrente foi apontado como integrante de núcleo criminoso complexo (51 réus no processo), sendo responsável pela comercialização, transporte e distribuição de drogas. Há fortes indícios de prática de tráfico ilícito de drogas, em grande quantidades e em vários Estados do país, associação para o tráfico, além de comércio ilegal de arma de fogo. Tais circunstâncias evidenciam o grau de periculosidade do paciente.

3. Hipótese em que a medida constritiva à liberdade também foi motivada por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, sendo certo que a Comarca, no caso em apreço, é próxima ao Paraguai, situação que facilita a fuga do país e dificultaria a persecução dos envolvidos.

4. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que "a custódia cautelar visando à garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa" (RHC 122.182, rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe 15/9/2014).

5. "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de

constrangimento por excesso de prazo" (Súmula 52/STJ).

6. Agravo não provido.

(AgRg no RHC 103.044/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

Convém anotar, ainda, que esta Quinta Turma firmou orientação de que "não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante a persecução criminal, se persistentes os motivos para a preventiva" (HC 396.974/BA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 30/8/2017).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator